

Um novo caminho pa

No último dia 17 de dezembro de 1993, a cidade do Rio de Janeiro parou por dois minutos para refletir sobre a violência, a necessidade de mudar, de resgatar a paz e uma vida digna para sua – outrora – tão alegre, generosa e afável população. Assim nasceu o Viva Rio, movimento que obteve um largo apoio da população e da mídia, no qual as organizações não-governamentais – especialmente o Ibase, Idac e Iser – tiveram um papel da maior importância em toda a articulação. Nesta breve entrevista, Rubem César Fernandes, coordenador do Núcleo de Pesquisa do Instituto de Estudos da Religião e coordenador do Viva Rio, fala do movimento e do novo papel social desempenhado pelas ONGs, a partir da Campanha contra a Fome.

– Qual a sua avaliação do Viva Rio?

– O Viva Rio surgiu em seguida à chacina de Vigário Geral, que foi precedida da Candelária, do massacre dos Ianomâmi, enfim, havia na cidade um alvoroço, um sentimento de que assim não



Rubem César, do ISER

dava para continuar. As primeiras reações previam chamar o Exército e a polícia para ocuparem as favelas – a solução mais óbvia e também, acho, a mais trágica. Se fosse fácil tirar as armas dos bandidos, mas não é...

Ocorreu então que o vice-presidente do jornal “O Dia”, Valter de Matos, chamou o Betinho e propôs uma reunião de personalidades do Rio para pensar uma forma de fazer algo pela cidade. Até onde eu sei, foram o Betinho e o Valter que fize-

ram a primeira lista dos convidados para a reunião: representantes dos vários jornais da cidade (JB, O Globo, além de O Dia), da Associação Comercial, Sindicato dos Médicos, Metalúrgicos, Fierj, agências de viagens, hotéis e três ONGs: Ibase, Iser e Idac. Foi portanto um movimento que já nasceu e se desenvolveu com a proposta de articulação da sociedade civil como um todo. Não foi a Zona Norte contra a Zona Sul, a favela contra o asfalto, mas com o sentido de que era preciso romper com a dinâmica do apartheid que está gerando esse conflito e desorganização que afetam a todos.

– A que você atribui essa mudança de enfoque?

– Acho que se deve muito à Campanha contra a Fome. O fato de alguém da mídia ter chamado o Betinho para dar partida a esse movimento – e o Betinho não é só ele, mas o que ele representa na Campanha – é um bom indicador. Podiam ter convidado alguém do Exército, que entendesse de repressão, mas procuraram o Betinho, que

a ABONG

O novo jornal-mural da ABONG continua à procura de um nome. Pedimos a todas as associadas que façam sugestões, escrevendo para a sede:

R. Vicente de Sousa, 24
Rio de Janeiro, RJ 22251-070
Tel./fax: (021) 286-2979

ra as ONGs

entende dos dramas sociais profundos do Brasil. É o reconhecimento de que a Campanha contra a Fome conseguiu bater na consciência de grandes parcelas da população e também das elites. Desde a ditadura, falava-se só em inflação – apenas as esquerdas falavam em desigualdade social e econômica. A Campanha conseguiu colocar na pauta das elites também essa questão, a necessidade de se enfrentar o apartheid, as desigualdades.

– Em síntese, qual a estratégia do Viva Rio?

– É romper com o círculo do medo, e dizer que é preciso enfrentar a violência de uma maneira não violenta. Fazer um chamado à população para que ela desperte, saia de dentro de si, busque a paz. Acho que se a Campanha da Fome tocou no cordão da generosidade, o Viva Rio tocou no cordão da paz. A idéia dos dois minutos de silêncio foi essa, apelar para uma reflexão: não foram dois minutos de protesto, mas uma parada para pensar. Depois, no dia seguinte,

vieram as orações das várias religiões. Acho também que essa abordagem foi muito fruto de uma experiência do Iser, no sentido místico, simbólico, dos sentimentos. Organizamos uma Comissão dos Cidadãos, com o objetivo de estudarmos formas de diminuição prática da violência, entrevistamos 18 pessoas especialistas na questão – da polícia, trânsito, drogas, da sociedade civil em geral – que podem ajudar. Eu estou na coordenação dessa comissão.

– E como vê a participação das ONGs em todo o movimento?

– Acho que a experiência, as iniciativas das ONGs foram relevantes para dar um sentido ao movimento, funcionando como articuladoras ao nível da sociedade civil. A Campanha da Fome e o Viva Rio são exemplos de que as ONGs – sem abandonar as antigas formas de trabalho, mais micro, junto aos setores populares – estão sendo chamadas hoje a atuar em outra escala, muito maior. É um novo momento do trabalho das ONGs.

AGENDA



- Conferência Saúde Reprodutiva e Justiça, de 24 a 29 de janeiro, no Rio de Janeiro
- I Precon da Cúpula de Desenvolvimento Social (que terá lugar em Copenhague em março de 1995), de 31 de janeiro a 11 de fevereiro, Nova York
- I Reunião do Conselho Diretor da ABONG de 1994, 3 e 4 de março, no Rio de Janeiro
- XI Encontro Nacional do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 10 a 15 de março, em Brasília
- II Reunião do Conselho Diretor da ABONG, 27 e 28 de junho, Rio de Janeiro
- Conferência Nacional de Segurança Alimentar, 18 a 24 de julho, Brasília

ESTANTE



- “Mulher, Ecologia e Sobrevivência”, de Vandana Shiva, Caderno I da série “Mulher, educação e meio ambiente”. Publicações Rede Mulher, R. João Ramalho 991, Perdizes, 05008-002, São Paulo, SP, tel. (011) 873.2803 e fax (011) 62.7050
- “Participação Popular e Saúde”, de Victor Vincent Valla e Eduardo N. Stotz, 2ª edição, Coleção Saúde & Educação. Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), Cx Postal 90.581, Petrópolis, 25.680, RJ.
- “Saúde da Mulher: Salvação da Vida”, de Ana Maria M. De Castro, Elaine Reis Brandão e Fernanda Carneiro, Coleção Saúde & Educação, CDDH.

Risco de retrocesso na Assistência Social?

Jorge Saavedra Durão*

A nomeação da presidente da Legião da Boa Vontade, Leonor Franco, para acumular interinamente o Ministério do Bem Estar Social é motivo de inquietação para as instituições e pessoas que vêm acompanhando nos últimos anos o processo de revisão da Assistência Social, que culminou com a sanção da nova Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), no dia 7 de dezembro, pelo Presidente Itamar Franco. Parece contraditório, à primeira vista, que a transição para o novo quadro institucional da Assistência Social no Brasil se faça sob a égide de uma instituição que encarna a excessiva centralização burocrática, o gigantismo e a falta de credibilidade da ação estatal nesse campo. As dúvidas se transformam em perplexidade quando se vê o Presidente da República declarar, como o fez em Juiz de Fora recentemente, que não pretende extinguir a LBA, contrariando assim a letra da lei que acabara de sancionar.

A constituição do novo órgão máximo normativo, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) – cuja instalação fora marcada inicialmente para o dia 22 de dezembro e adiada na última hora –, composto por nove representantes governamentais e nove da sociedade civil (de entidades, usuários e trabalhadores da Assistência Social) foi um passo significativo nesse processo. A presença no CNAS de entidades como Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, a CNBB, a Caritas, a CUT, o Conselho Federal de Assistência Social, a ASSELBA, a Associação Brasileira de ONGs, o Ibase, a Associação

Brasileira de Gerontologia, FEBIEX e Confederação Israelita Brasileira, ONEDEF, ABRA e Federação de Patrulheirismo, cria condições favoráveis para que as forças partidárias da reforma da Assistência Social, em bases éticas e democráticas, possam desempenhar um papel importante nessa transição. Para as ONGs, é particularmente importante a presença da ABONG no CNAS, embora como suplente, pois isso traduz institucionalmente o alargamento do conceito da Assistência Social. O adiamento da instalação desse Conselho dá novo alento ao CNSS e sobrevive à falta de transparência que serviu de caldo de cultura às malversações das chamadas subvenções sociais, ora apuradas pela CPI do Orçamento.

Está em questão, pois, a vontade política do governo federal para levar a cabo o reordenamento institucional da Assistência Social, despojando-se ele próprio, num ano da importância eleitoral de 1994, de instrumentos tradicionais do clientelismo político. Pode-se esperar, no entanto, que o Presidente Itamar Franco opte pela coerência com o espírito da LOAS, desvinculando-se dos poderosos interesses políticos ancorados em dinossauros burocráticos como LBA e CBIA (este revelando sua verdadeira natureza no lamentável episódio do boicote ao trabalho do sr. Lysâneas Maciel em Quintino), levando assim às devidas consequências o reordenamento institucional da Assistência Social.

* Presidente da ABONG

Bons Frutos

Entre os dias 18 e 21 de janeiro, teve lugar, em Salvador, a Conferência da Bahia sobre **Projetos Estratégicos Alternativos para o Brasil**, promovida por diversas universidades brasileiras, entre as quais: UnB, UFBA, UNEB, UCSAL, UEFS, UESB, UESC, CEFET e FACS. Também apoiaram a prefeitura de Salvador, a ABONG, o Forum Brasileiro de ONGs, a OAB, ABI, CUT, Federação Comercial e diversas outras entidades. O encontro foi um desdobramento da Conferência Nacional realizada em novembro passado, em Brasília, com o mesmo tema, reunindo igualmente personalidades dos meios políticos, acadêmicos e da sociedade civil em geral, com a finalidade de retomar a reflexão crítica e pensar novos projetos para o país.

Segurança alimentar

A Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida divulgou o Documento Final do Encontro Preparatório da **Conferência Nacional de Segurança Alimentar**, que ocorrerá entre os dias 18 e 24 de julho próximos, aprovado na última plenária realizada a 28 de dezembro, em Brasília. O documento, de oito páginas, alerta logo na introdução que a "erradicação da fome, a segurança do alimento na mesa de todos os cidadãos, é desafio que se impõe à população neste momento em que o Brasil vive uma das sérias crises de toda a sua história." O texto define os critérios de participação da sociedade civil envolvida nos Encontros Municipais e Estaduais preparatórios da CONSEA.

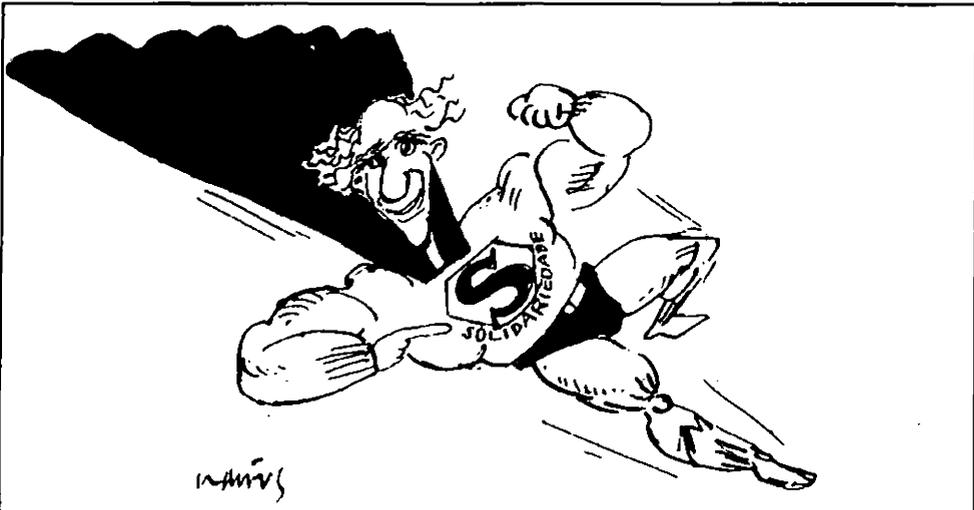
Campo abandonado

O balanço é triste. Em 1993, o Congresso Nacional aprovou apenas dois projetos de lei referentes à

Dicas

• Entre os dias 24 e 27 de agosto deste ano terá lugar na PUC de São Paulo o Fórum de Educação Ambiental. O tema será "Cidadania Terrestre: escalas locais globais". Informações: (011) 818.3900 e 815.0163.

INFORME ONGs



De Gerson a Betinho

Houve o tempo do Brasil da Lei de Gerson. Em que “esperto” era quem conseguia levar vantagem “em tudo”. “Em 1992, ouvimos o BASTA. Em 1993 começamos a superar a Lei de Gerson” – aponta Ronaldo Coutinho Garcia, em pertinente artigo no informativo do Inesc. O Movimento pela Ética na Política ganhou força, desdobrando-se na Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, “difundindo profundos e auspiciosos valores. A solidariedade começa a se impor, agora como prática” – prossegue Garcia. Ao invés de preocupar-se apenas em se “dar bem”, as pessoas (aquelas que comem e têm teto) passam a olhar para o lado, para o outro, e a se organizar a fim de lutar contra a fome, a miséria, pelos direitos do cidadão, por um novo país. Como afirma ainda Ronaldo Garcia, que “1994 marque o início da Era do Betinho”. Ou seja: da solidariedade, ética, democracia e busca da prosperidade (para a maioria), devolvendo a confiança e o orgulho ao povo brasileiro.

questão rural: a Lei Agrária e o Rito Sumário para Desapropriações, ambos de alcance ainda muito limitado. Se pensarmos no estado de abandono, de concentração de renda e miséria em que vive o campo brasileiro, o panorama revela-se especialmente lamentável. Fazer uma Reforma Agrária, que resolva algumas das questões essenciais do meio rural (com consequências fundamentais para a cidade) continua a ser um dos maiores desafios do Brasil – nunca efetivamente enfrentado por qualquer governo, até hoje.

Rima para a mulher

Segundo a Rede de Defesa da Espécie Humana (Redeh), está tomando corpo a proposta do Relatório de Impacto sobre a Saúde da Mulher (Rismu), apresentada pelo deputado fluminense Carlos Minc no “Seminário População e Desenvolvimento: Os Impasses Éticos do Final do Século”, realizado em setembro de 93 na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. O Rismu inspira-se no Rima – o Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente – que tem sido da maior importância nas questões ambientais.

• Espera-se a participação de 150 pessoas no 1 Congresso Nacional do Movimento Popular de Saúde, que se realizará de 14 a 17 de julho, no Centro Pastoral Don Fernando, em Goiânia.

• O Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) pede aos interessados em receber suas publicações que

atualizem seus cadastros, respondendo ao formulário de cadastramento da mala direta. Informações: (061) 347.5004.

• A ABONG agradece a suas associadas a rápida resposta aos formulários de atualização do credenciamento. Em breve, estará pronto o documento final com o quadro bem preciso de todos os integrantes da Associação.

Lixo tóxico

Está em tramitação na Câmara Federal o projeto de lei para gerenciar os resíduos tóxicos, de autoria do deputado Sidney de Miguel (PV/RJ). Considerando a altíssima importância dessa legislação – que visa preservar o meio ambiente e a saúde pública –, o deputado pede que as entidades civis contribuam com “com todos os comentários possíveis” para o seu aperfeiçoamento. Entre outros pontos, a lei (pioneira no país) proíbe a importação e exportação de resíduos perigosos (tóxicos, corrosivos, inflamáveis, explosivos patogênicos e radioativos) de qualquer natureza. O telefone do gabinete do Sidney em Brasília é (061) 318.5931 e o fax 318.2931.

Vitória dos índios

O Informativo do Núcleo de Direitos Indígenas revela: em decisão histórica, o Supremo Tribunal Federal garantiu aos índios Krenak a retomada de seu território tradicional, localizado na região do Vale do Rio Doce, divisa entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, “declarando nulos e sem nenhum valor todos os títulos de propriedade dos fazendeiros que ocupam indevidamente aquela área”. Foram 10 anos de luta e de espera pela decisão judicial.

• Ainda a ABONG: em fins de julho haverá a eleição da nova diretoria da Associação. É importante que as ONGs comecem a discutir a questão, fazendo uma avaliação da experiência da atual diretoria, marcada pela implantação e consolidação da ABONG, e a conquista de um razoável espaço de reconhecimento na sociedade.